
NARRATIVAS ORAIS E O LEGADO ANCESTRAL AFRO-BRASILEIRO

Jorge Gomes Jr.

RESUMO

Pesquisa desenvolvida no PPRER/CEFET-RJ entre 2011 e 2014. Pensou-se a presença de mitos iorubás na literatura para crianças e jovens como possibilidade de criar pontes entre escola e cultura afro-brasileira. O Ilê Axé Opô Afonjá, Salvador-BA, ambientou esta reflexão. Fomos ouvintes de diversas narrativas e experiências, através de entrevistas que envolviam a relação entre contar histórias e orientar destinos. Assim identificamos objetivamente a capacidade dessas narrativas na guarda de saberes e valores que auxiliam a comunidade no desenrolar do cotidiano.

Palavras-chave: Oralidade. Memórias. Saberes.

ORAL NARRATIVES AND THE ANCESTRAL AFRO-BRAZILIAN LEGACY

ABSTRACT

Research developed in PPRER / CEFET-RJ between 2011 and 2014. It was thought the presence of Yorubá myths in literature for children and young people as a possibility to create bridges between school and Afro-Brazilian culture. Ilê Axé Opô Afonjá, Salvador-BA, set this reflection. We were listeners of diverse narratives and experiences, through interviews that involved the relationship between storytelling and targeting. Thus we objectively identify the capacity of these narratives in the custody of knowledge and values that help the community in the unfolding of daily life.

Keywords: Orality. Memories. Knowledge.

NARRATIVAS ORALES Y EL LEGADO ANCESTRAL AFRO-BRASILEÑO

RESUMEN

Investigación desarrollada en el PPRER / CEFET-RJ entre 2011 y 2014. Se pensó la presencia de mitos yorubas en la literatura para niños y jóvenes como posibilidad de crear puentes entre escuela y cultura afro-brasileña. El Ilê Axé Opó Afonjá, Salvador-BA, ambientó esta reflexión. Hemos sido oyentes de diversas narrativas y experiencias, a través de entrevistas que involucraban la relación entre contar historias y orientar destinos. Así identificamos objetivamente la capacidad de esas narrativas en la custodia de saberes y valores que auxilian a la comunidad en el desarrollo de lo cotidiano.

Palabras clave: Oralidad. Memorias. Saberes.

O histórico processo de formação da sociedade brasileira e, até mesmo, o desenvolvimento estrutural da construção do país, e da cultura nacional, guarda nas tradições e demais heranças culturais vindas de África, assim como nas de origem indígena, uma parcela de seus alicerces. Nessa perspectiva, naturalmente, as culturas a que se refere, deveriam ocupar, diante das heranças europeias e de suas relações no meio social, o mesmo espaço.

Entretanto, a escola brasileira há muito tempo carrega em seu âmago um caráter eurocêntrico. Esse posicionamento não decorre, de maneira despreziosa, apenas de uma caracterização institucional, tem origem em reflexos das construções estabelecidas pelas diretrizes da sociedade brasileira. Afinal de contas, é a escola um aparelho que serve a uma ideologia que dá sustentação a uma sociedade intensamente marcada por silenciamentos. Tal concepção se sustenta na premissa de uma sociedade híbrida, que, por muito tempo, privilegiou um grupo étnico, considerado modelo, invisibilizando outras participações ativas na efetiva estruturação desse país. Assim, ao passo que a branquitude serve de modelo para essa sociedade, as participações negras e indígenas são inferiorizadas, ocupando, quando muito, o espaço de coadjuvantes, ao invés de um espaço de equivalência aos demais, uma vez que participaram tanto quanto na estruturação da sociedade e da cultura brasileira.

No que se refere a redução do valor oferecido aos valores e culturas africanas ou afro-brasileiras há, inquestionavelmente, um pano de fundo histórico que serve de engrenagem para a dinâmica e construção do quadro atual das relações raciais no Brasil. A partir da travessia África-Brasil, escravizados vindos de diversas procedências do vasto território africano chegaram ao Brasil e trouxeram consigo suas culturas, que, de acordo com as normas do projeto colonial deveriam ser sufocadas e substituídas pelas impostas pelo poder dominante. Todavia, esse procedimento não logrou êxito em sua plenitude. Inicialmente em pequenos redutos e, depois, espraiando-se, as línguas e tantos outros aspectos das culturas africanas sobreviveram e consolidaram-se, intensamente, na diáspora.

Como afirma o ensaísta Achille Mbembe, “O mundo do tráfico dos escravos é idêntico ao mundo da caça, da captura, da colheita, da compra e venda. É o mundo da extração bruta.” (MBEMBE,2014, p.234). Ao escravizado foi negado o direito de preservar qualquer componente que constituísse ou reafirmasse suas identidades. Como nos traz Mbembe, ele perde sua alteridade e recebe posteriormente os valores do dominador, a ponto

de, em dado momento do processo, por vezes, se sentir devedor.

Ensinado a negar-se, de acordo com o ensaísta Albert Memmi, o colonizado tem na cultura do colono seu norte e isso será constantemente reafirmado como uma das principais lições da escola dos colonizados. Como nos afirma Memmi, “a memória que lhe formam não é a do seu povo. A história que lhe ensinam não é a sua” (MEMMI, 1977, p. 95).

Fazendo tábula rasa de toda e qualquer vivência anterior à sua chegada, o colonizador cria uma história e estabelece julgamentos que dialogam com seus conhecimentos, considerados a “verdade”, à medida que ocorre também, como afirma o filósofo e professor Walter Mignolo (2003), uma colonização epistemológica norteada pelo eurocentrismo, pelo qual se cria, utilizando as palavras do teórico, “um sangrento campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento e da legitimação da diferença colonial” (2003, p.35)

Apoiados por Mbembe (2014), podemos afirmar que a religiosidade e a incorporação das raízes dos antepassados atuaram diante do processo de repressão e negação dos valores nativos como mecanismos de resistência, para que o corpo escravizado em caminhos de esvaziamento, pela brava intervenção da perversa estética colonial, pudesse se recompor e fazer frente à assimilação dos valores do colonizador.

Frente a uma releitura dos hábitos da sociedade brasileira, no que concerne à postura dispensada a figura do culturalmente afrodescendente, a reflexão norteada pelo mito, oralidade e, a partir daí, o desenrolar de uma outra perspectiva no olhar para a religiosidade afro-brasileira e toda a riqueza cultural que ela traz consigo são relevantes possibilidades para a reconstrução do imaginário. Partindo dessas bases, defendemos em maio de 2014, no CEFET-RJ, uma dissertação no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais intitulada *A magia do contar e recontar histórias ancestrais na literatura infantil e juvenil brasileira: recriando valores*.

O alicerce para as reflexões acerca das manifestações da afro-brasilidade, na Literatura e na educação como um todo, foi a lei 10.639/03, as diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais, e os PCNs. A proposta da pesquisa era, inicialmente, investigar a manifestação dos mitos religiosos africanos que chegaram ao Brasil com mais intensidade (iorubás), através da Literatura Infantil e Juvenil. Posteriormente pensamos a relação mito iorubá - construção de identidades de crianças de candomblé,

considerando o mito no papel de narrativa apresentada a elas pelas vias da literatura oral. E, a partir daí, observamos como a literatura pode colaborar, no sentido de apresentar os aspectos culturais de povos que compuseram, de alguma maneira, a estruturação do que reconhecemos hoje como povo brasileiro.

A relação entre escola e sociedade é inegável, uma vez que a primeira serve a segunda. A instituição educacional é espaço de construção enquanto a sociedade e seus rumos podem ser entendidos como o reflexo de valores construídos. Ressalta-se que o âmbito escolar também partilha dessa última atribuição. Dessa maneira, considero que escola tem suas bases ancoradas na sociedade a quem ela serve, da mesma maneira que é mais coerente aos pressupostos dessa sociedade que a escola se mantenha com as características que lhe convém.

A lei 10.639/03 pretende estreitar os laços entre as culturas africana e afro-brasileira e a prática educacional. Compreendemos que, algumas vezes, as leis surgem para negar questões que frente ao bom senso seriam óbvias. Descremos que a mudança da sociedade, no que tange ao racismo se dê em decorrência de leis. Acredita-se, no entanto, na contribuição destas para o desenrolar das ações antirracistas, mas sobretudo consideramos que o caminho verdadeiramente eficaz para a desarticulação do racismo seja o conhecimento das frágeis bases que o sustentam.

Ao garantir, como propõem as diretrizes curriculares nacionais, o direito e igualdade de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os cidadãos, por meio da valorização da face histórico-cultural dos afro-brasileiros e dos africanos, o processo educacional brasileiro tem a primeira grande oportunidade de comprometer-se com a educação das relações étnico-raciais.

É necessário que o racismo seja desarticulado e que as várias culturas sejam contempladas no espaço âmbito da educação, para que sejam possíveis as reconstruções do imaginário da sociedade. A infância e a juventude são a personificação do futuro e, dessa forma, mostram-se a esperança de uma efetiva reconstrução nos valores dessa sociedade. Oportunizar condições para que esse estreitamento, seguido de releitura de valores, seja possível é o que pretendemos que a escola em uma nova abordagem possa promover.

Coibir a prática do racismo no espaço escolar exige da comunidade docente um amplo trabalho, decorrente de muitas reflexões, obviamente apoiadas pelo governo, acompanhada

do pressuposto de uma sociedade democrática e a consciência de um estado laico. Como percebemos o racismo vez por outra se acomoda no seio da sociedade, tal qual o faz dentro da escola. Apropriando-me dos ditos populares, podemos dizer que este lobo veste-se com a pele de cordeiro da naturalidade.

Não se mostra interessante, para os valores excludentes e homogeneizantes que a sociedade propõe, a formação de uma camada crítica desses valores. Nesse sentido, seria a escola e a sociedade uma via de mão dupla, dando a suas estruturas um caráter de dependência mútua. Simultaneamente elas dialogam e legitimam a existência de seus valores. Ao dizer que a escola é espaço de construção, sugerimos que independente de quais referenciais norteiem suas práticas, o papel de desenvolver a possibilidade de construção será desempenhado. Para o bem ou para o mal, a escola sempre contribuirá com as construções.

Cabe a escola não invisibilizar o racismo, como se tentou fazer por muito tempo na sociedade brasileira. Enquanto espaço de construção, pode ser a escola também um espaço de desconstrução, à medida que se permite discutir o racismo, assumir sua existência, expor seus danos e propor sua desarticulação. Em uma proposta de sociedade antirracista romper com o modelo homogeneizante que se mantém vinculado a ela, promovendo a diversidade. Dessa maneira, muitas histórias serão reescritas. Ao coagir o racismo, identidades antes negadas poderão ser então afirmadas. Dessa maneira a reconstrução dos imaginários se dará naturalmente.

A pesquisa propôs uma reflexão acerca da presença e força dos mitos religiosos na sociedade africana, de cultura iorubá, e seus ecos na reconstrução desses valores, na promoção da afro-brasilidade, a partir do desenvolvimento da religiosidade de matriz africana, nesse sentido, o Candomblé. Foi considerado ainda o espaço dessas narrativas de base oral e de origem ancestral na construção da identidade das crianças de terreiro, que, em decorrência da fé que professam, dialogam com essas narrativas em seu cotidiano, assim como, também, a presença desses textos que habitam no espaço híbrido que se constrói entre a voz e a letra, na literatura brasileira para crianças e jovens.

Nessa perspectiva, compreende-se a referida literatura como um instrumento capaz de recriar conceitos referentes ao entendimento e percepção da cultura africana e afro-brasileira. Diante da necessidade de promover uma releitura das referências culturais do país, à medida que se começa a questionar os valores enraizados e propagados pela sociedade,

(re)avaliando/considerando a noção de afrobrasilidade presente nela e apoiados pela lei 10.639/03, pensamos na possibilidade de apropriação da oratura de temática africana, para se recriar conceitos solidificados no imaginário de parte considerável da sociedade, a respeito da cultura e religiosidade afrobrasileira, oferecendo bases para o trabalho com a educação em uma perspectiva étnico-racial, abarcando uma lógica multicultural, além de possibilitar a autoafirmação dos herdeiros do axé no âmbito educacional.

Esta pesquisa partiu da reflexão sobre as práticas do candomblé e o quanto estas evidenciam, no que se refere à utilização da palavra; a importância em se considerar a oralidade, em seus múltiplos aspectos, como literatura, rica em significados, tradições e essencialmente como memória viva de uma ancestralidade, que pode servir de pano de fundo para o reconhecimento de manifestações da cultura afro-brasileira, através da educação, agente emancipatório e descolonizador de mentes. Na esteira dessa análise, a pesquisa propõe-se a caracterizar a Literatura como um meio de preservação e propagação cultural, que pode exercer função social, quebrando paradigmas preconceituosos no que se refere à religiosidade e cultura africana. Propusemos então o reconhecimento da importância e influência do Candomblé como um complexo cultural afro-brasileiro, que reflete na formação cultural afrodescendente.

A pesquisa pensou a oralidade, memória e a construção de identidades a partir das narrativas mitológicas de origem iorubá, que circulam em espaços religiosos afro-brasileiros, no caso as casas de candomblé, além da interação dessas narrativas com a literatura de cunho infantil e juvenil, considerando-a como possibilidade na produção de subsídios para o cumprimento da proposta da lei 10.639/03. Na esteira dessa proposta, abordamos a presença e força dos mitos nas sociedades africanas, analisamos a manifestação cultural e religiosa dos povos denominados Ketu em terras brasileiras, através da estruturação da religiosidade afrodescendente, especificamente o Candomblé; discutimos a literariedade da oralidade e as adaptações ao novo território (Brasil) e as novas propostas de perpetuação da tradição e cultura oral.

O desenrolar da pesquisa deu-se a partir do trabalho com a história oral e a análise de textos literários. Por meio de extensa pesquisa bibliográfica, solidificou-se a escolha do embasamento teórico para o desenvolvimento da proposta, contando ainda com uma breve análise de livros para crianças e jovens. As obras analisadas foram: Ifá, o adivinho; Xangô,

o trovão e Oxumarê, o arco-íris, de Reginaldo Prandi e Epé Laiyé – Terra viva, de Maria Stella de Azevedo Santos. A análise contou com a visitação, que muito enriqueceu esse trabalho e se estruturou por meio de observação/entrevistas ao Ilé Àse Opô Àfonjá (Ilê Axé Opô Afonjá), em Salvador, liderado por Mãe Stella de Ósòdísí (Oxóssi). Buscamos a obtenção máxima possível de aspectos da tradição oral africana, que se faz tão presente nos complexos culturais afro-brasileiros que são os Candomblés, além de considerarmos a influência da literatura oral, mítica/religiosa, na formação identitária e do cotidiano das crianças ligadas às comunidades de terreiro.

Crendo no terreiro como espaço de construção e vislumbrando o potencial da contação de histórias nesses âmbitos, é válido ressaltar a função das contadoras e contadores de histórias nessas comunidades. Comprovamos, a partir da comunidade do Ilé Àse Opo Àfonjá (Ilê Axé Opô Afonjá), que são eles verdadeiros mestres que auxiliam intensamente no processo de iniciação e ou inserção de crianças, jovens e adultos na lógica desses grupos. O ato de contar e recontar as histórias daqueles que a partir dali são apresentados como seus ancestrais são meios de nortear os indivíduos nos caminhos que a vida venha a lhes proporcionar. Como referenciais dessa função, na comunidade afro-brasileira citada, podemos citar a entrevistada, Mãe Stella, que foi uma criança de candomblé e atualmente ocupa o lugar da sábia anciã norteadora e da recentemente falecida ebomi Detinha de Sàngó (Xangô), que muito colaborou com essa pesquisa, a partir de conversas informais durante a visitação ao terreiro. Ebomi Detinha carregava consigo a marca da maestria na contação de histórias e da sabedoria evidenciada através delas. Sendo, também, essas mulheres, intelectuais orgânicas.

A respeito das apontadas narrativas, a memória herdada, como consideramos prudente chamar essa memória que se estrutura a partir da socialização dos religiosos com o histórico dessas etnias, assim como do processo de travessia e de reconstrução da história de seus antepassados, promove um processo de identificação com uma ancestralidade negra-africana, digna de valoração, como não se percebe nas histórias ocidentais. É nesse conjunto que reside a grandiosidade do trabalho com esse material nos terreiros de candomblé e, de acordo com nosso desejo, nas salas de aula desse país.

A observação da comunidade do Ilé Àse Opo Àfonjá (Ilê Axé Opô Afonjá) e da interação de todo o grupo, em especial das crianças e jovens com a oralidade, reconhecendo

a força da palavra nos candomblés, considerando o poder de gerar e desconstruir que lhes são conferidos; a mitologia iorubá que veicula e se sustenta nas nuances da oralidade e a revivência dessas histórias no âmbito do terreiro e indiretamente em suas vidas foi fundamental na constatação da eficácia dessas narrativas na construção de um imaginário, de uma visão de mundo que se difere daquela que a cultura da discriminação e a escola com seu caráter ainda excludente propõem de maneira direta ou indireta. Dessa maneira concluímos que as narrativas iorubás podem colaborar intensamente com a desconstrução de paradigmas excludentes que circulam rotineiramente pela sociedade, à medida que oferecem uma série de noções de civilidade, ética, caráter, bom senso, entre tantas outras de grande relevância para a construção de uma sociedade mais igualitária. Além do que, de acordo com o que foi observado, podemos dizer que a experiência com a palavra e a contação de histórias, tal qual as comunidades de terreiro costumam experimentar, soma profundamente com a construção de uma pedagogia da diversidade (Munanga, 2010), ao descentralizar as noções ocidentais que comumente são propagadas pelos contos, fábulas e demais narrativas direcionadas às crianças e jovens. Ao oferecer um olhar construtivo e relevante advindo de matrizes africanas, automaticamente se propaga um olhar que propõe um enfrentamento a uma concepção degradante da cultura e tradição africana e afro-brasileira, assim como se reconhece também o valor dessas narrativas que são responsáveis pela construção de tantos imaginários.

Como desdobramento dessa pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do CEFET-RJ, em nível de mestrado, estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da UFF, em nível de doutorado, uma pesquisa de chamamos *Ecos de lá, vivências de cá*. Nesta, a partir de uma investigação sobre a tradição oral e a diáspora africana, pensamos a literatura em sociedades orais. Na esteira dessa análise, consideramos a formação de comunidades de base oral, aos moldes africanos em terras brasileiras e a função social dos contos nesses espaços. A culminância da pesquisa se dará com a análise dos textos orais recolhidos no Ilê Axé Opô Afonjá, Salvador – BA, que tem nas narrativas orais seu embasamento social e cultural. Esses contos estão sendo analisados a fim de comprovar nossa hipótese, que aponta para o candomblé como um espaço de construção de saberes ancorados na oralidade.

Desarticular a construção reducionista que a colonização estabeleceu no que se refere

às culturas africanas, e se mantém viva no imaginário de muitos, é o que serve de engrenagem para essa pesquisa, que, de alguma maneira, incentiva à descolonização epistemológica, ao reconhecer que a literatura oral de matriz africana, através dos contos vindos de lá e certamente já atravessados pelas influências de cá, é uma fonte de conhecimentos que orienta comunidades criadas na diáspora, mantendo de pé, vivos os pressupostos africanos que sustentam os cultos religiosos e deles fazem, por isso, espaços de resistência cultural.

A partir de conversas gravadas, a respeito das narrativas de origem iorubá e do processo de ensino-aprendizagem embasado pelo hábito de contar histórias, recolhemos contos orais a fim de analisá-los considerando a possibilidade de construção de saberes por intermédio dos mesmos, a partir do que comumente se chama de “moral da história”. Além disso, para o desenvolvimento pleno da análise proposta, lançamos mão de bibliografias que tratam de temáticas tais como as narrativas de expressão oral africana, literatura oral, a palavra africana, realismo animista, o terreiro de candomblé eleito para protagonizar esta análise, os iorubás e suas culturas, memória, colonialidade do saber, entre outros.

Fomos ouvintes de um grande número de narrativas e experiências que envolviam a relação entre contar, narrar histórias e orientar destinos. Dessa forma estamos identificando, de maneira objetiva, a capacidade dessas narrativas na guarda de saberes e valores que auxiliam a comunidade no desenrolar do cotidiano.

Nas vozes de Mãe Stella, líder religiosa da comunidade e Ebomi Detinha, considerada a grande contadora de histórias do local, renomadas anciãs na arte de contar e orientar através de “narrativas de terreiro” tivemos as primeiras audições. Por orientação delas ouvimos outras mulheres da comunidade, tais como: Obá Terê, Tomázia de Oxoguan, Tereza de Oxolufan, entre outras apontadas também como conhecedoras dos mistérios das palavras guardas pela memória do espaço, sendo estas enunciadas sempre com intenção pedagógica, a fim de guiar a trajetória dos descendentes do Axé.

Ouvimos narrativas, com diferentes extensões e quantidade de detalhes. As eleitas para essa pequena coletânea são algumas das que tratam de marcas comuns no cotidiano da humanidade, tais como vaidade, orgulho, teimosia, caráter, maternidade, amizade, humildade, arrogância e outros aspectos comuns na dinâmica do dia a dia de qualquer pessoa, e nos parece trazer de maneira bastante expressiva, por meio do simbolismo que carregam, ricos olhares sobre a experiência da vida.

Referências Bibliográficas

BA, Amadou Hampaté. A palavra, memória viva na África. In: O Correio da UNESCO. Ano 7, nº 10, 1979.

_____. Palavra africana. In: O Correio da UNESCO. Paris, Rio, Ano 21, nº11. Nov. 1993.

BARROS, José Flávio Pessoa de. A fogueira de Xangô, o orixá do fogo. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

_____. Banquete do Rei – Olubajé. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

BENISTE, José. Mitos Yorubás: o outro lado do conhecimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. In: Revista Comunicação e política, 2007, V.25, nº 2, p.91-107. Acessado em: 05 de ago. de 2013

CAPUTU, Stela Guedes. Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com as crianças de candomblé. 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos), pp. 39-64.

GUIMARÃES, A. S. A. 2002. Democracia racial. In: OLIVEIRA, I. (org.). Relações raciais e educação: temas contemporâneos. Niterói: EDUFF. pp. 33-60.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 4ª edição, 1982.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 4ª. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KABWASA, Nsang O’Khan. O eterno retorno. In: O Correio da Unesco (Brasil) – Dez. 1982 - Ano 10, nº 12 – pp. 14 -15.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MACHADO, Vanda. Mitos Afro-brasileiros e vivências educacionais. In: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. (Org.). Pasta de Textos da Professora e do professor. Salvador: SMEC, 2006, v. 01, p. 01-12.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Tradução: Marta Lança. Editora Antígona. 2014.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: Educação como exercício de diversidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPED, 2005. 476p. – (Coleção educação para todos; 7) pp. 37-60.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em

construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

_____. Educação e diversidade cultural. In: O negro na contemporaneidade e suas demandas. Cadernos PENESB 10/ Revista do Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, n.10, RJ. Jan. de 2008/Junho de 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 19, nº 1, pp. 287-308. Novembro de 2006.

ÒSÓSI, Mãe Stella de. Òsosi: O Caçador de Alegrias. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: 2006.

PADILHA, Laura Cavalcante. A palavra africana e as memórias antigas. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende. (Org.). Educação, Arte e Literatura Africana de Língua Portuguesa: contribuições para a discussão da questão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet : NEAB-UERJ (Sempre Negro); v. 2, 2007.

PETROVICH, Carlos; MACHADO, Vanda. Irê Ayó: Mitos Afro-brasileiros. Salvador: EDUFBA, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, pp. 200-212, 1992.

PRANDI, Reginaldo. Raça e religião. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo. nº 42, pp. 113 - 129, Julho de 1995.

_____. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

_____. Ifá, o Adivinho. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2002.

_____. Xangô, o Trovão. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2003.

_____. Oxumarê, o Arco Íris. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2005.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. Epé Laiyé – Terra Viva. Salvador: Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, 2009.